

A REINVENÇÃO DO BRASIL: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DOS 500 ANOS

Fábio Kühn

O dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz [...] era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando também perder o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos [...].

(Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627)

Na aula inaugural do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, realizada no dia 13 de março deste ano, o professor Fernando Novais discutiu o significado dos 500 anos, apontando para duas questões que devem (ou deveriam) estar associadas a uma visão ponderada do assunto. Na sua conferência, o eminente pesquisador e professor apontou para o etnocentrismo – ou eurocentrismo – que embasou os relatos fundadores do Brasil, desde os cronistas seiscentistas até os próceres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado na primeira metade do século XIX. O que há de comum entre Jean de Léry e Varnhagen? A mesma visão europeizante, melhor diríamos, ocidentalizante perpassa seus textos, apesar da distância temporal. Desta forma, o pecado original residiria no “olhar branco” da nossa história: era a visão dos vencedores e não a dos vencidos que preponderava. Além do etnocentrismo, o professor Novais também abordou o problema do anacronismo. Com efeito, esse é um grave erro que, por vezes, é cometido. Trata-se de interpretar determinadas ações e comportamentos dos homens e mulheres do passado segundo os nossos padrões contemporâneos de conduta. A partir de tais questões, tentarei exprimir algumas considerações pessoais sobre o assunto.

Fábio Kühn é professor no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Evidentemente, tal discussão retoma temas já tratados por ocasião dos debates acerca dos 500 anos de história da América: podemos utilizar o eurocêntrico e politicamente incorreto termo *descobrimento*, ou devemos nos ater aos aspectos brutais da colonização europeia na América, utilizando o termo *conquista*? Para além de uma questão meramente semântica, a utilização de tais termos revela, isto sim, a adoção de uma determinada postura historiográfica. Assim, geralmente o uso do termo *descobrimento* está associado a uma produção historiográfica realizada em padrões tradicionais, saudosa dos grandes nomes e eventos e valorizadora das efemérides. Por outro lado, o uso do termo *conquista* associou-se a uma determinada produção historiográfica, normalmente vinculada à esquerda, que prefere desnudar o processo violento de ocupação dos territórios “americanos” pelos “invasores” europeus.

A valorização do evento do *descobrimento* decorre, naturalmente, da irremediável paixão de alguns historiadores (e da atenção da mídia) pelas “datas redondas”, como os centenários, bicentenários, etc., consideradas como marcos cronológicos significativos. No entanto, parece-nos que certas discussões associadas ao descobrimento do Brasil já estão – ou deveriam estar – superadas. Efetivamente, muito pouco é acrescentado à reflexão histórica quando se discute somente quem foram os precursores de Cabral ou a natureza intencional ou casual da descoberta do Brasil.

Certamente seria mais produtivo avaliar o impacto do descobrimento do Brasil (e da América) sobre a mentalidade e a civilização europeias: muito mais do que um mero feito da expansão ultramarina, o “descobrimento” do Brasil pelos europeus provocou um profundo impacto cultural, especialmente pela evidência das incógnitas culturas indígenas, em tudo diferentes da “normalidade” europeia. O Brasil descoberto pela cultura europeia inspirou, de diferentes maneiras, uma nova compreensão do mundo pelo Ocidente: exemplo desse impacto na produção cultural europeia foi a publicação da *Utopia*, de Morus, em princípios do século XVI, em que foi elaborada uma concepção idealizada do Novo Mundo, transformado num lugar pretensamente igualitário e harmonioso, uma verdadeira “sociedade perfeita”. Também se reflete, dois séculos e meio depois, no *Emílio*, de Rousseau, com a criação do mito do “bom selvagem”, em que aparece a crença na bondade natural do homem e a constatação dos efeitos deletérios da civilização.

Essa visão do descobrimento não deve, no entanto, desconsiderar os impactos da conquista e da colonização do Novo Mundo, e especialmente do Brasil. Pois, se é inegável que o descobrimento provocou profundas transformações culturais no Ocidente, não foram menores os impactos so-

bre as culturas autóctones existentes no Brasil. Como não é possível negar o caráter violento e dizimatório da colonização portuguesa nos trópicos, a utilização do termo *conquista* permanece sendo plenamente apropriada, embora também seja impossível deixarmos de reconhecer os efeitos civilizatórios exercidos pelos nossos colonizadores lusos. Com efeito, a compreensão desta nossa peculiar “civilização brasileira” torna-se impraticável se não levarmos em conta a adoção, por parte dos brasileiros, de certos padrões culturais tipicamente ibéricos, como este nosso projeto social *arcaico*, enormemente excludente em termos políticos e econômicos. Provavelmente aí poderemos encontrar as raízes deste Brasil cordial, dependente e subdesenvolvido. O arcaísmo do nosso projeto civilizatório é explícito: em uma sociedade forjada pela escravização de africanos e seus descendentes e pelo extermínio dos autóctones, não poderíamos esperar encontrar qualquer traço de igualitarismo. Tome-se o caso da cidadania, por exemplo. Todos são, em tese, cidadãos e têm direitos políticos iguais, configurando aparentemente uma democracia representativa e participativa, muito embora o sistema de poder continue quase exclusivamente baseado na dominação oligárquica e no clientelismo.

Quanto ao que se refere à temporalidade e aos inevitáveis anacronismos, deveríamos nos questionar: afinal, o que define o “nascimento” de uma nação? Qual é o fato fundador de uma história nacional? Essas são questões que devemos colocar quando discutimos o significado do denominado Quinto Centenário. Mas de qual Brasil falamos aqui? O “Brasil” dos índios, que nunca existiu? O “Brasil” dos “brasileiros”, dilapidadores da Mata Atlântica? Ou o “Brasil” forjado no século XIX, graças à conformação que lhe foi dada pelo poderoso ímpeto centralizador do Império?

A escolha do 22 de abril é tão arbitrária quanto qualquer outra data da história brasileira, pois o Brasil não foi efetivamente *descoberto*, posto que já conhecido pelos portugueses certamente antes de 1500. Não interessa aqui discorrer sobre os precursores de Cabral, mas apontar para o caráter aleatório de tal escolha. Diz a carta de Caminha: “Neste mesmo dia, à hora de vésperas, avistamos terra! [...] Ao monte alto o Capitão deu o nome de Monte Pascoal; e à terra, Terra de Santa Cruz”. Portanto, nesse dia e ano não foi descoberto o Brasil, mas sim a Terra de Santa Cruz... O que queremos atentar é sobre o risco de anacronismo que envolve o uso de determinadas datas. Assim, utilizar o contato realizado entre lusitanos e indígenas no ano de 1500 como fato fundador da história brasileira é puramente artificioso, na medida em que não existia o Brasil há cinco séculos. O que existiu durante o período colonial não foi o Brasil,

mas a América portuguesa, da mesma forma que não existiram brasileiros até o século XIX. Os moradores destas plagas costumavam autodenominar-se como os “portugueses da América”.

Cada vez mais, os historiadores se convencem de que o discurso histórico tem uma natureza altamente subjetiva e de que aquilo que fazem nada mais é do que possíveis representações do passado, que são necessariamente aproximações inexatas e imperfeitas. As efemérides, pelos motivos antes apontados, são extremamente representativas da subjetividade das reconstituições históricas, pois envolvem a necessidade de uma reconstrução do passado que justifique tal comemoração ou evento cívico ou festivo.

Um bom exemplo desse processo de construção de representações do passado encontramos nas discussões em torno da fundação de Porto Alegre. Quando foi, afinal, fundada a cidade? Em 1940 foi comemorado o primeiro bicentenário da cidade, considerando-se que em 1740 o colono Jeronymo de Ornellas teria recebido sua carta de sesmaria. Ele foi escolhido como “pai fundador” pelo fato de sua propriedade estar situada onde hoje em dia encontra-se a maior parte da cidade. No entanto, Jeronymo certamente nem sequer sonhava que nas suas terras surgiria uma nova cidade... Em 1972 comemorou-se o *segundo* bicentenário da cidade, agora com base nos pareceres do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A partir desse momento, considerava-se o ano de 1772 como o da *verdadeira* fundação, quando foi oficialmente criada a freguesia, através de um ato administrativo do bispado do Rio de Janeiro. A escolha desconsiderava o fato de mesmo antes daquele ano (desde 1752, ao menos) já existir uma povoação às margens do Guaíba, no sítio do “porto de Dornelles”, onde habitavam, entre outros pioneiros, os colonos açorianos. O núcleo urbano de Porto Alegre, portanto, já existia.

Isto também acontece quando se utiliza a data de 1500 como referencial para o surgimento do Brasil. O que assinala essa data em particular? Nada mais do que a formalização do contato lusitano e do início da conquista. É neste sentido que dizemos que o Brasil não foi descoberto, mas sim *inventado* pela cultura européia. Não parece muito provável que Cabral estivesse consciente de que fundava, ao atingir as atuais praias baianas, uma novo país ou colônia ou coisa semelhante. Como herói fundador do Brasil, Cabral pode ser considerado um personagem historicamente muito frágil. Ele simbolizou, antes de mais nada, e não muito mais que isto, o apossamento lusitano do quinhão que lhe coube no Novo Mundo, garantido através do Tratado de Tordesilhas.

Na verdade, o processo de construção de representações do passa-

do utiliza-se das datas como “âncoras” que lhe dão uma certa forma de estabilidade. No ano passado (1999), por exemplo, foi comum ver-se propaganda política do governo da Bahia com o *slogan*: “O Brasil nasceu aqui”, numa evidente alusão aos 450 anos de Salvador, primeira capital brasileira e sede do governo geral lusitano na América. Mas essa representação do passado também se esquece de algumas evidências: se o nosso critério de preeminência for a antigüidade, não se pode deixar de lembrar que São Vicente era a mais antiga vila litorânea do território que passou a se chamar Brasil...

Cabe aos brasileiros do próximo século reinventar o Brasil, tentando construir um país socialmente mais justo e economicamente menos perverso. O desafio, sem dúvida, é enorme, passando pelo arcaísmo desinteligente das nossas elites, pela pavorosa distribuição de renda, pela superação dos preconceitos étnicos ainda existentes, e também pela necessidade de rompimento da quase monolítica dominação política oligárquica (neste caso, o Rio Grande do Sul mais uma vez se põe na vanguarda). Não será nada fácil resolver todos os desafios e tentar construir uma nação efetivamente moderna e desenvolvida em todos os aspectos, mas talvez não nos reste efetivamente outra opção senão enfrentar esses dilemas. Não somos mais o “país do futuro” que tencionávamos ser, mas, quem sabe, deixamos de ser o “país sem futuro” que acabamos nos tornando.